

O PRINCÍPIO CINESIOLÓGICO EM DUNS SCOTUS *

(Duns Scotus on the kinesiological principle)

Felipe de Souza Antonio**

Resumo: Tento apresentar neste artigo a posição de Duns Scotus sobre o princípio cinesiológico. Segundo o Doutor Sutil, o princípio que diz: *tudo que se move é movido por outro*, não pode ser afirmado *a priori*. Contrariamente à maioria dos pensadores escolásticos, Duns Scotus apresenta alguns casos particulares em favor da possibilidade de se defender a causalidade eficiente intrínseca ao ente. Assim, explicarei em primeiro lugar a questão do movimento dos animais, em seguida o movimento dos graves. Abordarei, também, a posição de Duns Scotus sobre a impossibilidade de se defender a causa eficiente intrínseca ao ente diante das noções de ato e potência¹.

Palavras chave: causa eficiente, automovimento, mudança, princípio cinesiológico, ato virtual.

Abstract: The purpose of this article is to present the position of Duns Scotus on the kinesiological principle. According to Scotus, the principle that says: *everything which is in motion is moved by another* cannot be stated *a priori*. So, contrary to most scholastic thinkers, Duns Scotus presents instances of cases in favor of the possibility of sustaining self-motion, namely that the efficient cause might be intrinsic to the being. We shall, therefore, explain first the question of motion taking into account the animal's one, then, the movement of heavy bodies. At the end, it will also be considered Duns Scotus' point of view over self-motion and its incompatibility with the concepts of act and potency.

Key words: efficient cause, self-motion, change, kinesiological principle, virtual act.

* Artigo de conclusão de curso de especialização em Filosofia Patrística e Escolástica apresentado à Faculdade de São Bento-SP em agosto de 2013.

** Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (2013) e especialista em Filosofia Patrística e Escolástica pela Faculdade de São Bento, possui Licenciatura Plena em Filosofia pela Faculdade de São Bento (2011) e bacharelado em Comunicação Social pela Universidade Bandeirante de São Paulo (1998). É professor de Filosofia na rede pública estadual de São Paulo. Contato: felipescotus@gmail.com.

¹ Um estudo mais detalhado da posição de Scotus em torno do princípio cinesiológico se encontra em: ANTONIO, Felipe de Souza. *Duns Scotus e o princípio "tudo que se move é movido por outro"*. 2013. 96f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2013. Disponível em: <http://humanas.unifesp.br/filosofia/dissertacao-felipe-de-souza-antonio>.

1. Introdução

Considerando-se a teoria das quatro causas de Aristóteles, podemos dizer que a causa material e a causa formal são causas intrínsecas ao ente, ao passo que a causa eficiente e a causa final são extrínsecas ². Numa estátua de bronze, por exemplo, a causa material e a causa formal são intrínsecas a estátua, visto que na matéria bronze há uma forma de estátua atualizada. O próprio bronze, tomado isoladamente, já é um composto de matéria e forma, pois sem a última sequer poderíamos chamá-lo bronze. Grosso modo, pode-se dizer que a forma bronze foi atualizada numa matéria indeterminada conhecida como matéria primeira. Mas assim como o bronze não é a causa eficiente da estátua, tampouco é ele a causa eficiente de si mesmo.

A causa eficiente e a causa final são extrínsecas ao ente por duas razões: [a] nenhum ente é causa eficiente de si mesmo; [b] uma vez que nenhum ente é causa de si mesmo, logo não é ele que dá a finalidade de sua existência antes de sua própria existência. Desse modo, respeita-se o princípio de causalidade que diz: “Todo ente que não existe por si depende de uma causa para existir”.

Dentro do âmbito da existência, Duns Scotus concorda com o fato de que nenhum ente pode ser causa eficiente de si mesmo. Não obstante, em suas *Questões sobre os livros da metafísica de Aristóteles* ³, ele apresenta fortes argumentos baseados em fatos empíricos para demonstrar que a causa eficiente não é necessariamente uma causa extrínseca ao ente. Assim, a discussão inicia-se com a seguinte pergunta: “se algo pode mover-se por si mesmo” ⁴.

² DE PAOLA, Raphael. *Filosofia da Física Moderna*. Aula 1, parte A. Informação verbal. Curso ministrado na modalidade *online* em 11 jul. 2013. Disponível apenas para assinantes em: www.cedetonline.com.br.

³ DUNS SCOTUS. *Questões sobre a metafísica*, IX, q. 14. In: *Scotus e a liberdade: textos escolhidos sobre a vontade, a felicidade e a lei natural*. Tradução e introdução: Cesar R. Cezar. São Paulo: Loyola, 2010. Abreviado aqui como *Questões sobre a metafísica*.

⁴ *Ibid.*, p. 94.

2. Sobre o movimento local dos animais

A questão proposta parece ser um tanto ingênua e até mesmo simples de responder. Uma vez que não observamos nenhum agente externo produzindo o movimento local dos animais, ordinariamente dizemos que eles se movem por si mesmos. Num grau de maior complexidade dizemos em última instância que o movimento local dos animais é causado por duas outras coisas: [a] pela alma; [b] pela causa final. Como dito anteriormente, a causa final é algo extrínseco ao ente, por isso em nada ela nos ajudará para sabermos se algo pode mover-se por si mesmo. A causa formal e a causa material, embora intrínsecas ao ente, já são de antemão dadas por outro. No que diz respeito à causa eficiente, esta é necessariamente considerada uma causa extrínseca ao ente. Mas por que ela é considerada uma causa extrínseca?

Pois bem, há um princípio aceito universalmente que diz: “tudo que se move é movido por outro”⁵. Este princípio é também conhecido como princípio cinesiológico. O âmago do princípio cinesiológico é assim expresso: “[...] nada se move a não ser talvez em partes, isto é, que uma parte move outra, e esta não é uma parte essencial movendo outra, mas uma parte quantitativa movendo outra distinta segundo lugar”⁶. Uma totalidade qualquer é constituída por partes, sejam elas homogêneas ou heterogêneas. Cada uma das partes ocupa um lugar diferente dentro do todo. Se dissermos que uma das partes iniciou seu movimento⁷ sem o concurso de outra parte, seja ela interna ou externa, então esse movimento parece ter sido uma espécie de geração espontânea. Ora, isso repugna à razão, pois seria o mesmo que dizer que algo surgiu do nada.

Outro argumento que afirma a impossibilidade de uma causa eficiente intrínseca ao ente, diz: se o todo de algo pudesse mover-se por si em primeiro lugar, isto é, sem o concurso de outra parte quantitativa localmente distinta, isso evidenciaria a inutilidade das partes. Além disso,

⁵ Este princípio está alicerçado em Aristóteles. “Tudo o que está em movimento deve ser movido por algo, pois se [algo] não possui a fonte de seu movimento em si mesmo, é evidente que é movido por outra coisa distinta, porquanto o que move terá que ser outra coisa [...]”. ARISTÓTELES. *Física VII*, 241b 35-36. Tradução minha a partir da versão em inglês de J. Barnes (*The complete works of Aristotle: The revised Oxford translation*. 6ª ed., vol. 1. Princeton: Princeton University Press, 1995). Na edição de J. Barnes lê-se: tudo que se move é movido por *algo*. A diferença na tradução se dá em virtude de que a edição Bekker, evidentemente, difere do texto de Aristóteles Latinus onde geralmente se lê: *Omne quod movetur ab alio movetur*.

⁶ DUNS SCOTUS. *Questões sobre a metafísica IX*, q. 14, § 5.

⁷ O termo movimento, para Aristóteles e para os escolásticos, além de se referir ao movimento local diz respeito às mudanças quantitativa, qualitativa e de geração e corrupção.

teríamos que admitir que, se todas as partes de um todo estivessem em repouso, o movimento do todo poderia não cessar, visto que ele independe de suas partes para ativar seu movimento. Por conseguinte, para que o todo de algo seja movido, é necessário que pelo menos uma das partes ative o movimento do todo.

Fazendo uma síntese do argumento, podemos dizer que um dentre os principais motivos pelo qual os antagonistas⁸ de Duns Scotus recusam uma causa eficiente intrínseca à essência do ente repousa numa contradição. Ora, se algo possui a causa eficiente de seu movimento local em sua própria essência segue-se que: [a] é verdade que o todo de algo repousa quando suas partes estão em repouso; [b] é verdade que o todo de algo não repousa quando suas partes estão em repouso.

Em termos de título ilustrativo, podemos pensar no movimento local de um lobo. Se admitirmos que o todo de algo seja capaz de produzir seu movimento sem o concurso de nenhuma parte, o lobo (como um todo) deveria continuar seu movimento, ainda que suas patas parassem de agir. Da mesma maneira, o todo do lobo deveria ser capaz de cessar o movimento sem o concurso de nenhuma parte. Em outras palavras, para os antagonistas da tese do automovimento do ente enquanto causa eficiente, o todo de algo é necessariamente divisível em partes; se eu aceitar que todas as partes estão em repouso, logo o todo deve estar em repouso.

Após expor alguns argumentos contrários à causalidade eficiente do movimento local intrínseca ao ente, passo agora a apresentar a resposta de Duns Scotus para esses argumentos.

2.1 Resposta de Scotus

Duns Scotus admite que, de fato, no movimento local dos animais ocorre a distinção entre as partes. Assim, pode-se afirmar que há uma parte que move de modo ativo e outra parte que é movida de modo passivo. Além disso, admite também que nenhuma dessas partes é causa eficiente de seu próprio movimento, pois qualquer parte que se encontre em potência para o

⁸ Cf. DUNS SCOTUS. *Questões sobre a metafísica*, IX, q. 14, nota 6, p. 95. Nesta nota o editor apresenta Tomás de Aquino, Godofredo de Fontaines, Siger de Brabante e Henrique de Gand como defensores do princípio cinesiológico. Todavia, ao longo de toda a questão 14, Duns Scotus remete apenas às objeções de Godofredo de Fontaines e Henrique de Gand.

movimento só é movida por outra parte cujo movimento está atualizado. Desse modo, a interdependência entre as partes, com vistas ao movimento local delas mesmas e do todo, aniquila qualquer possibilidade de geração de movimento espontâneo numa das partes. Se porventura uma das partes se mover sem o concurso de outra parte externa, aquela, então, é movida por uma parte interna, ou seja, a parte da parte. Por isso, levando-se em conta o movimento local dos animais, nenhuma das partes possui nela mesma a causalidade eficiente de seu próprio movimento.

Considerando-se agora o movimento das partes externas de um animal, o salto de um sapo, por exemplo, pode ser dividido em dois movimentos: [a] o movimento que empurra o todo a partir das patas, ou seja, o impulso das partes inferiores do animal; [b] o movimento da parte empurrada que puxa para cima as partes inferiores do sapo. Desse modo, a parte inferior do animal empurra ou exerce uma força contra a parte superior e move o sapo. Por outro lado, a parte superior puxa a parte inferior junto com ela. Esse contínuo processo de empurrar a parte superior e puxar a parte inferior é o que denota o salto. Uma minhoca também nos oferece outro exemplo evidente de partes distintas que empurram e puxam o todo ⁹.

A aplicação do princípio cinesiológico no movimento dos animais – aplicado tanto nas partes internas quanto nas externas – parece ser irrefutável. No entanto, ver-se-á que a resposta de Duns Scotus justifica seu epíteto de Doutor Sutil.

Segundo o Doutor Sutil, da mesma maneira que uma pedra lançada para cima não necessita da contínua presença da causa que a lançou para executar o movimento para cima, também o animal que ascende depois do salto não necessita nem da presença contínua do solo nem do contínuo movimento de suas partes externas. Por outros termos, o movimento de empurrar e puxar só é possível de ser executado em algo cuja imobilidade seja maior do que a mobilidade do movido, como, por exemplo, o solo para os ambulantes e o ar para os voadores. Todavia, levando-se em conta o salto de um animal como um todo, como é possível explicar o movimento do todo, uma vez que suas partes externas, ao menos temporariamente, estão absolutamente afastadas de um lugar imóvel? Ora, se não há nenhum lugar imóvel no qual o

⁹ EFFLER, Roy R. John Duns Scotus and the principle omne quod movetur ab alio movetur. New York: The Franciscan Institute S. Bonaventure, 1962, p. 66.

animal possa se apoiar para continuar o movimento de empurrar e puxar, logo, ao menos durante o salto, é possível excluir a contínua série de empurra e puxa entre as partes ¹⁰.

A contradição, portanto, expressa anteriormente revela-se falsa no caso particular do salto. Por isso, o animal terrestre que permanece no ar após o salto move-se por si mesmo sem o concurso das partes. Desse modo, neste caso particular de movimento local, não há nenhuma contradição em dizer: [a] é verdade que o todo de algo repousa quando suas partes estão em repouso; [b] é verdade que o todo de algo não repousa quando suas partes estão em repouso. Portanto, para Duns Scotus, o princípio: “tudo que se move é movido por outro”, não é um genuíno princípio metafísico.

Percebe-se que é exatamente na argumentação *a posteriori* que se encontra o caráter decisivo da crítica escotista, visto que, para o Doutor Sutil, um princípio genuinamente metafísico, isto é, de validade universal, jamais deve ser negado pela experiência. Se por acaso a experiência contradisser algum suposto princípio metafísico, logo tal princípio é falso ¹¹. Portanto, para Duns Scotus, não podemos afirmar *a priori* que tudo que se move é movido por outro, ou então, que a causa eficiente é necessariamente extrínseca ao ser da coisa.

Outro exemplo de causa eficiente intrínseca ao ser de algo pode ser identificada em algumas relações entre sujeito e atributo. Nessas relações, diz-se que há sujeitos os quais, independentemente de suas partes, possuem neles mesmos o primeiro movimento fundante, ou seja, a causa eficiente do movimento originário. O sujeito homem, por exemplo, é capaz de produzir o atributo risibilidade ainda que todas as suas outras partes estejam em repouso. Em outras palavras, embora o homem seja constituído de partes heterogêneas, ainda que tais partes estejam em repouso, ele não é impedido de causar a risibilidade. Encontramos aqui mais um caso particular que anula o princípio cinesiológico. Por isso, não é verdade que a causa eficiente de algum movimento ou mudança do ente seja necessariamente atualizada por outro.

Da mesma maneira, um universal também pode ser causa eficiente de seu atributo sem o movimento de suas partes. Ora, o triângulo é anterior ao seu atributo de ser uma figura em que a soma de seus ângulos é igual a dois ângulos retos. Assim, podemos pensar que o triângulo está

¹⁰ DUNS SCOTUS. *Questões sobre a metafísica IX*, q. 14, § 54.

¹¹ GARCIA, Antonio (org.). *Estudos de filosofia medieval: a obra de Raimundo Vier*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: USF; Curitiba: Editora da UFPR, 2000, p. 225.

continuamente sendo a causa eficiente de seu atributo “dois ângulos retos” sem mover uma parte sequer¹². Uma parábola também é causa eficiente de seus atributos côncavo e convexo sem que nenhuma de suas partes se mova. Nesses casos particulares, portanto, verifica-se que o princípio cinesiológico não parece ser verdadeiro.

Após expor a perspectiva escotista sobre algumas instâncias de causalidade eficiente intrínseca ao ente, passo a apresentar o debate sobre a questão do movimento dos graves.

3. Acerca do movimento dos corpos graves

O próprio Aristóteles também teve dificuldade para chegar a uma conclusão sobre a verdadeira causa eficiente do movimento natural dos corpos graves. Segundo o Estagirita, há dois estágios de causação que podem ser atribuídos ao movimento natural dos graves¹³. No primeiro estágio, a causa de tal movimento é atribuída ao seu agente gerador. O agente gerador dos corpos graves tornou-os pesados por ter aplicado neles o frio. No entanto, quando a forma pedra atualiza ou informa a matéria primeira, a natureza da pedra não está plenamente atualizada. Para que isso aconteça, aquilo que impede seu movimento descendente para o centro deve ser removido. Por conseguinte, diz-se que aquilo que remove os obstáculos os quais impedem a queda do grave é denominado agente no segundo estágio de transição. Contudo, se levarmos em consideração tanto o agente gerador quanto o agente que remove os obstáculos, qual deles pode ser considerado a causa eficiente do movimento natural do grave?¹⁴

Para o Doutor Sutil, a causa que retira o impedimento da queda livre do grave apenas explica o início de seu movimento. Contudo, dado que a causa removedora do impedimento da queda não se encontra presente durante todo o processo contínuo de queda, então a causa inicial não é suficiente para explicar a totalidade do processo de queda. Por outros termos, se uma

¹² ARISTÓTELES. *Segundos analíticos* I, 73b 30- 74a 1, *apud* DUNS SCOTUS. *Questões sobre a metafísica* IX, q. 14, § 74.

¹³ Na filosofia de Aristóteles, o movimento descendente dos graves é denominado movimento natural. Em contrapartida, seu movimento ascendente é denominado movimento violento.

¹⁴ ROSS, Sir David. *Aristotle's physics: a revised text with introduction and commentary* by W.D. Ross. London: Oxford University Press, 1936, p. 88.

pessoa apenas remove aquilo que impedia o movimento descendente de uma pedra, por qual razão podemos considerar esta pessoa como causa eficiente de todo o seu movimento para o centro? Além disso, o obstáculo que impede a queda do grave parece ser mera causa accidental de seu repouso, pois uma vez removido o obstáculo, o grave se move sem a necessidade de nenhuma outra causa extrínseca. Assim, conclui-se que remover um obstáculo é uma coisa e que o movimento do grave é outra coisa.

A fim de preservar o princípio cinesiológico no movimento **violento** dos corpos graves Aristóteles recorreu ao concurso do meio. Para o Estagirita, a partir do momento em que a pedra se afasta da mão do arremessador, a causa eficiente de seu movimento ascendente não é ela mesma, mas o ar. Desse modo, ao afastar-se da mão do arremessador, a pedra primeiramente impele o ar que está na sua frente para trás; em seguida o ar que foi impelido para trás empurra a pedra para frente e assim sucessivamente. Desse modo, o projétil é continuamente movido por outro, visto que o ar é o agente em permanente contato com o paciente ¹⁵.

Averróis também se utiliza da noção de antiperístase para justificar a causa eficiente do movimento **natural** do graves. Um corpo em queda, para Averróis, repele o ar que se encontra ao seu redor e, dado que o ar foi repelido, o movimento do corpo ocorre necessariamente. Isso vem a acontecer porque se as várias camadas de ar, obstáculos por meio dos quais um corpo em queda perpassa, não fossem removidas, dever-se-ia admitir que o meio no qual o corpo se encontra em queda é vácuo. Portanto, segundo Averróis, a causa eficiente da queda dos graves não repousa neles mesmo, visto que são movidos por sucessivas remoções de camadas de ar ¹⁶.

Sob a ótica escotista, ainda que Averróis tivesse razão, a causalidade eficiente intrínseca ao grave não seria completamente refutada. Se fosse admitido que as camadas de ar removidas fossem a causa eficiente de seu movimento descendente, restaria ainda a seguinte questão: o que é que repele as camadas de ar? Posto que o termo repelir significa impelir para longe ou para fora, então, a causalidade eficiente intrínseca ao grave não seria a produção de movimento descendente, antes seria a capacidade de repelir o ar. Se assim fosse, admitiríamos que os graves não tendem para baixo por si mesmos, mas repelem o ar por si mesmos. Todavia, o ar repelido é mero efeito do primeiro movimento, isto é, o movimento local. Quanto a isso, Duns Scotus

¹⁵ Essa explicação de atribuir à causalidade eficiente ao meio é conhecida como movimento antiperístase.

¹⁶ EFFLER, 1962, p. 104.

escreve: “É evidente, com efeito, que o que está em repouso localmente não expulsa o ar contíguo”¹⁷.

Por ora, vimos que, para Averróis, o corpo grave em movimento descendente repele o ar do lugar no qual ele está prestes a entrar e, uma vez repellido o ar desse lugar, um suposto vácuo é formado para imediatamente receber o corpo em queda que preenche o vácuo. Contudo, Duns Scotus objeta dizendo que outro ar próximo poderia preencher a área do ar removido. Por isso, pergunta-se: se um outro ar entra no lugar do ar repellido, por que a pedra entrará?¹⁸

Outra objeção contra o automovimento dos graves diz respeito ao seu estatuto homogêneo. Como é possível que algo absolutamente contínuo e unificado como uma pedra possa mover a si mesmo? Somente das coisas que são divididas em partes distintas é possível dizer que uma parte é por natureza ativa e a outra é passiva. Dado que os corpos graves são homogêneos, logo é impossível dizer que há neles uma parte ativa.

Duns Scotus concede que o total movimento de um corpo homogêneo pressupõe e depende do movimento das partes homogêneas. Se prescindirmos das partes, não há totalidade; sem o movimento das partes não há movimento do todo. Todavia, o Doutor Sutil sustenta que, se admitirmos as partes, e se admitirmos também que todas as partes estão em movimento, então o todo de um corpo grave possui a causalidade intrínseca de seu movimento. Ora, se cada parte do grave é causa eficiente de seu próprio movimento, qual é a causa do movimento do todo senão as próprias partes consideradas de maneira cumulativa?¹⁹

Se as partes homogêneas causam elas mesmas seu próprio movimento, por que o todo homogêneo – o qual é idêntico às partes – não pode causar seu próprio movimento de modo independente das partes? Assim, conclui-se que, enquanto o corpo grave é o sujeito, o movimento descendente é seu atributo. Em outras palavras, da mesma maneira que o homem possui a causalidade eficiente do atributo risibilidade, o grave também possui a causalidade eficiente de seu atributo movimento descendente.

¹⁷ DUNS SCOTUS. *Questões sobre a metafísica IX*, q. 14, § 49.

¹⁸ *Ibid.*, § 49.

¹⁹ EFFLER, 1962, p. 61.

Depois de apresentar a explicação de Duns Scotus sobre o automovimento dos graves, passo a expor a principal objeção contra a possibilidade de se admitir uma causa eficiente intrínseca ao ente

4. A causa eficiente intrínseca ao ente é incompatível com as noções de ato e potência

A principal objeção contrária à causa eficiente intrínseca ao ente é feita a partir das noções de ato e potência. Se considerarmos o movimento em todos os seus sentidos (local, qualitativo, quantitativo, cognitivo e volitivo), este diz respeito ao processo de atualização de algo que se encontra em potência de recebê-la. Desse modo, se existe algo que é atualmente *A* e potencialmente *B*, o movimento diz respeito a esta atualização de *B*. Ora, se algo possui em si mesmo a causalidade eficiente de sua própria mudança, então esse algo já é em ato aquilo para o qual se diria que está em potência.

A água fria, por exemplo, para que seja aquecida, requer um agente externo que atualize sua potencialidade de ser aquecida. Se eu disser que a água fria (quente em potência) prescinde de um agente externo (quente em ato) para tornar-se quente em ato, então, de certa forma, ela já é aquilo que ainda não é.

Segundo Tomás de Aquino, “mover nada mais é, portanto, do que levar algo da potência ao ato, e nada pode ser levado ao ato senão por um ente em ato”.²⁰ Se a água fria possui em si mesma a causa eficiente de sua quentura, então a quentura da água se encontra simultaneamente em ato e em potência na água. Assim, diríamos que o que está quente em ato está simultaneamente quente em potência, o que parece ser impossível. Quanto a essa impossibilidade, escreve o Aquinate: “Ora, não é possível que a mesma coisa, considerada sob o mesmo aspecto, esteja simultaneamente em ato e em potência, a não ser sob aspectos diversos [...]”.²¹

²⁰ TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*, Ia, q.2, a. 3. 2ª ed., v.1. São Paulo: Loyola, 2003.

²¹ TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*, Ia, q.2, a. 3.

Se a atualidade e a potencialidade simultânea de algo, considerada sob o mesmo aspecto, fosse possível, incorreríamos em absurdos nos quais a afirmação e a negação seriam simultâneas. Diríamos, por exemplo, que está água é fria e ao mesmo tempo não é fria, visto que a qualquer momento ela pode tornar-se quente. Portanto, devido a esta impossibilidade de se considerar que algo possa estar simultaneamente e sob o mesmo aspecto em ato e em potência, a tese em favor da causa eficiente intrínseca ao ser não pode ser admitida.

4.1 Resposta de Duns Scotus e a noção de ato virtual

Duns Scotus admite que as noções de ato e potência, tomadas em seu sentido modal, ou seja, com respeito ao modo de ser do ente, não podem estar ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto presentes no mesmo ente. Por exemplo, a água quente em ato não pode estar simultaneamente quente em potência, visto que o modo de ser da água já é atualmente quente. Isso é afirmado porque no âmbito temporal a potência é, evidentemente, anterior ao ato. Por conseguinte, a própria anterioridade cronológica da potência em relação ao ato já é suficiente para não se poder afirmar que algo é *Y* em ato e simultaneamente é *Y* em potência.

Por outro lado, considerando-se a ordem natural, o ato é anterior à potência²². No entanto, a objeção não se refere nem à anterioridade nem à posteridade de um sobre outro, mas à simultaneidade. Nesse sentido, considerando-se o modo de ser do ente, seria absurdo dizer: aquilo que é atualmente *X* está simultaneamente em potência para *X* e aquilo que está em potência para *X* já é atualmente *X*. Duns Scotus, contudo, sustenta que se “potência” for tomada como princípio, e não como modo de ser do ente, então, não há problema algum em se afirmar que algo esteja simultaneamente em ato e potência em relação ao mesmo, porém sob aspectos diversos.

Numa semente de jabuticabeira, por exemplo, a jabuticabeira está simultaneamente em *ato virtual* e em *potência formal* em relação à mesma jabuticabeira. Ora, a semente de jabuticaba se torna uma jabuticabeira, e não uma laranjeira, em virtude de algo inerente à própria semente, e não por causa de fatores externos como a terra, a qualidade do solo, a umidade, a luminosidade

²² EFFLER, 1962, p. 76, 77.

etc. Por isso, de certo modo, a jabuticabeira se encontra de maneira latente (em ato virtual) na semente ao mesmo tempo em que ela se encontra em potência formal para adquirir a forma de jabuticabeira. É evidente que a presença latente da árvore na semente não é o ato formal da árvore. Mas também isso não quer dizer que a presença latente da árvore na semente seja mera capacidade passiva de tornar-se árvore, pois tal presença latente não é mera potência formal. Assim, a presença latente da árvore na semente é o que Duns Scotus denomina ato virtual²³.

Convém ressaltar que, para o Doutor Sutil, o ato virtual é algo real, e não um mero ente de razão. O ato virtual de uma semente de laranjeira é realmente distinto do ato virtual de uma semente de jabuticabeira. Se ambas as sementes fossem desprovidas de uma causalidade eficiente intrínseca a elas mesmas, ou seja, se nelas houvesse apenas pura potencialidade passiva e nada em ato virtual, só nos restaria atribuir ao meio no qual elas se encontram a causalidade eficiente de seus respectivos atos formais²⁴. Não obstante, isso seria no mínimo estranho, pois por qual motivo duas sementes, absolutamente passivas ao meio externo, se distinguiriam, sendo que foram plantadas em solo idêntico e sob condições idênticas?

Da mesma maneira, pode ser dito que a água quente é simultaneamente fria em *ato virtual* e fria em *potência formal*. Desse modo, não considerando o modo de ser do ente, mas assumindo “potência” enquanto princípio, não há nenhum problema em se afirmar que a água quente está simultaneamente fria em ato (virtual) e fria em potência (formal). Por conseguinte, para o Doutor Sutil, quando o agente aquecedor da água é removido, a própria água é a causa eficiente de seu resfriamento, visto que ela possui a qualidade da frieza em ato virtual ao mesmo tempo em que se encontra em potência formal para tal qualidade. Portanto, contrariamente ao que muitos pensam, Duns Scotus não diz que a mudança de algo surge do nada, e muito menos que a mudança ocorre sem uma causa.

Por ora, vimos que alguns casos particulares não se aplicam ao princípio cinesiológico, mas, por outro lado, há também entes que não possuem em si mesmos a causa eficiente de sua própria mudança. Portanto, para Duns Scotus, somente a experiência é que poderá dar a última palavra sobre a imanência ou não imanência da causa eficiente no ente.

²³ RIBAS CEZAR, 2010, p. 24.

²⁴ *Ibid.*

4.2 Objeções à resposta de Duns Scotus e respostas às objeções

Como exposto anteriormente, no âmbito natural, o ato é anterior à potência. Dado que o ato virtual já é aquilo para o qual se encontra em potência formal, então qual é a necessidade de atualizar-se formalmente no que já é virtualmente. Em outras palavras, a primeira objeção sustenta que o ato virtual já é uma perfeição. Ora, se o ato virtual já possui a perfeição de seu termo, isto é, o ato formal, então qual é o sentido de produzir uma perfeição já possuída virtualmente?²⁵

Duns Scotus admite que o ato virtual é mais perfeito que o próprio ato formal. Desse modo, pode-se dizer que o ato virtual da laranjeira contido na semente é mais perfeito que a laranjeira formalmente atualizada. Todavia, uma vez que o ente no qual se encontra o ato virtual é limitado, então este ente não é tão perfeito a ponto de excluir dele sua potencialidade em relação ao ato formal, visto que a potência formal, enquanto distinta do ato virtual, é considerada uma perfeição que pode ser acrescentada ao ente. Por isso, diz-se que um ente limitado, por exemplo, a semente de uma planta que não se desenvolve, seria menos perfeito caso não atualizasse seu ato virtual em ato formal. Portanto, um ente limitado que possui uma forma em ato virtual está em potência formal para adquirir uma perfeição em maior grau²⁶.

Essa resposta de Duns Scotus é análoga à relação entre substância e acidente. A substância homem, por exemplo, é mais perfeita que seu acidente “conhecer algo”. No entanto, a perfeição excedente da substância não a destitui da potencialidade para com seus acidentes. Portanto, a perfeição accidental não é algo supérfluo para a substância, porque a perfeição accidental acrescentada à perfeição substancial, obviamente, constitui algo maior que a substância destituída de seus respectivos acidentes²⁷. Por conseguinte, somente se o ato virtual reunisse todo o grau de perfeição que o ente pode possuir, aí sim poderia ser dito que a perfeição formal seria produzida em vão.

A segunda objeção refere-se à presença de atos virtuais em Deus. Deus, por um lado, possui a perfeição da inteligência em ato formal. Por outro lado, a perfeição da corporeidade Nele

²⁵ DUNS SCOTUS. *Questões sobre a metafísica IX*, q. 14, § 90, 91.

²⁶ *Ibid.*, § 100.

²⁷ *Ibid.*, § 102.

está contida apenas de maneira virtual. Ora, se a passagem do ato virtual ao ato formal aperfeiçoa o ente, então Deus tornou-se mais perfeito ao criar os corpos, pois aquilo que Nele estava em ato virtual adquiriu o estatuto de ato formal. Isso, porém, é um absurdo para o ser que é ato puro²⁸.

Duns Scotus responde dizendo que, se admitíssemos o impossível, ou seja, se uma perfeição, a qual a essência divina contém virtualmente, fosse recebida (atualizada em ato formal) pela própria perfeição divina, a última, de nenhuma maneira, seria aumentada, em virtude de que a perfeição infinita acrescida de uma perfeição finita não resulta em algo maior que a perfeição infinita nela mesma. Quanto a isso, o Doutor Sutil escreve: “[...] com efeito, em Deus o ato virtual é infinito. Assim, se – assumindo o impossível – houvesse nele um ato formal, ele não seria mais perfeito, pois o infinito com o finito não é nada maior que o infinito só”²⁹.

Por ora, vimos que a noção de ato virtual é essencial para que a causalidade eficiente intrínseca ao ente possa ser sustentada. Aliás, a causa eficiente intrínseca ao ente é, para o Doutor Sutil, a melhor explicação para muitos fatos empíricos.

Surge, porém, uma dúvida acerca da perfeição do mundo: o mundo não seria mais perfeito sem este automovimento dos entes? Tal questionamento expressa, em outras palavras, que o mundo seria mais perfeito caso todos os entes fossem criados com todas as suas perfeições atualizadas. Desse modo, não seria preciso que os entes se movessem ou fossem movidos em direção às suas perfeições.

Segundo o Doutor Sutil, se os entes fossem criados com todas as suas perfeições atualizadas, então eles seriam totalmente dependentes da causa primeira. Todavia, a dependência total da causa primeira para atualizar as perfeições é uma imperfeição. Logo, tal mundo não seria mais perfeito do que o mundo no qual os entes têm alguma atividade própria, isto é, alguma independência³⁰. Quanto a isso, é próprio o seguinte excerto:

Logo, é melhor um mundo no qual os entes, na medida do possível, são ativos em relação à própria perfeição do que um mundo no qual eles não o são. Assim também, seria menos perfeito um mundo no qual os entes fossem gerados já possuindo todas as perfeições que lhes são possíveis do que este mundo, no qual os entes são gerados carentes de algumas perfeições que lhes são possíveis, pois neste mundo os entes são ativos em relação a estas perfeições e naquele mundo tal

²⁸ DUNS SCOTUS. *Questões sobre a metafísica IX*, q. 14, § 92.

²⁹ *Ibid.*, § 103, grifo meu.

³⁰ *Ibid.*, § 63, 64, 67.

atividade não seria possível. Com efeito, é mais perfeito o ente que pode causar algo ativamente do que o ente que não possui este poder³¹.

Com relação à perfeição da atividade do ente em detrimento da imperfeição da passividade, é feita a seguinte objeção: o mundo é mais perfeito na medida em que suas partes estão interconectadas harmonicamente, de modo que as partes dependem de outras para se tornarem mais perfeitas³².

O Doutor Sutil sustenta que tal concepção é errada, pois, para ele, é mais perfeito o mundo no qual as partes são independentes umas das outras.

Por fim, a última objeção indaga: se o mundo mais perfeito é aquele no qual as partes não são dependentes umas das outras, então por que o mundo criado não é totalmente composto de entes independentes? Ora, constata-se empiricamente que há dependência neste mundo³³.

Duns Scotus responde dizendo que o mundo composto de seres totalmente independentes seria mais perfeito, este mundo, porém, não é possível. Não é possível prover os entes criados de todas as causalidades necessárias para que eles produzam por si mesmos todas as suas perfeições. Um touro, por exemplo, para criar, precisa de sua causalidade (o sêmen) e também da causalidade do sol (energia); estas duas causalidades, todavia, não podem estar “unitivamente” no mesmo ente sem contradição. Em outras palavras, se causalidade da energia do sol estivesse presente no touro, o último seria aniquilado e só restaria a energia. Portanto, não é possível um mundo de entes totalmente independentes³⁴.

Para Duns Scotus, portanto, o mundo criado é o mais perfeito, visto que nele há tanta independência e automovimento quanto possível.

5. Conclusão

A defesa do automovimento escotista vai de encontro às corrente filosóficas que defendem o determinismo universal. Duns Scotus não nega que o meio externo possa determinar, até certo

³¹ RIBAS CEZAR, 2010, p. 25.

³² DUNS SCOTUS. *Questões sobre a metafísica IX*, q. 14, § 65.

³³ *Ibid.*, § 66.

³⁴ *Ibid.*, § 73.

ponto, a reação de um ente, mas isso não implica em dizer que tal reação seja absolutamente passiva. Embora os entes recebam influências externas, cada um reage a elas segundo a sua própria natureza.

A maior dificuldade de se aceitar a tese escotista em favor da causa eficiente intrínseca ao ente repousa numa suposta indistinção entre a causa formal e a causa eficiente. No entanto, para Duns Scotus, os dois princípios não são a mesma coisa. Por isso, afirmar que um ente possui em si mesmo a causa eficiente para a atualização de um acidente, nele previamente contido em ato virtual, não equivale a dizer que a matéria indeterminada possa atualizar-se por si mesma num ente sem antes ser informada pela causa formal. Aliás, o Doutor Sutil cita o próprio Aristóteles ao tratar do papel ativo da forma em relação ao ente composto de matéria e forma. Nesse sentido, ele escreve: “[...] porque a forma é mais verdadeiramente natureza do que a matéria, portanto participa mais verdadeiramente na definição de natureza, isto é, que é princípio de movimento – a forma não parece ser um princípio passivo [...]”³⁵.

No que diz respeito à causalidade substancial, Duns Scotus afirma a impossibilidade de que algo seja causa eficiente de sua própria substância, visto que isso nos obrigaria a admitir que algo pode surgir do nada. Além disso, uma substância não é capaz de alterar sua própria substância. Por exemplo, um verme, por si mesmo, não é capaz de se transformar num mamífero, pois o princípio de causalidade não admite que aquilo que é menos tenha a capacidade de produzir uma substância de perfeição maior.

Dizer que uma substância é ativa em seus acidentes não fere o princípio: *ex nihilo nihil fit*³⁶. Quando se afirma que uma substância é capaz de produzir mudanças acidentais, o que está em questão é a atividade da substância no que diz respeito à causalidade equívoca, ou seja, aquilo que é menos perfeito não pode ser o ativo daquilo que é mais perfeito, aquilo, porém, que é mais perfeito pode produzir aquilo que é menos perfeito³⁷.

Em relação ao movimento natural dos graves, Tomás de Aquino e Duns Scotus parecem ter a mesma opinião. Para Tomás de Aquino, o princípio do movimento para baixo da pedra está

³⁵ ARISTÓTELES. *Física* II, 192b 13-16, *apud* DUNS SCOTUS. *Questões sobre a metafísica* IX, q. 14, § 4.

³⁶ Do nada, nada pode surgir.

³⁷ Por causalidade equívoca compreende-se que a forma da causa é distinta da forma do efeito, ou seja, o oposto da causa unívoca.

na mesma pedra. Quanto a isso, escreve o Aquinate: “Quando a pedra se move para o alto, o princípio deste movimento está fora da pedra. Mas, quando se move para baixo, o princípio desse movimento está na mesma pedra”³⁸. Ora, se o princípio do movimento descendente está na mesma pedra, então a própria pedra é a causa eficiente de seu movimento para baixo.

Embora Tomás de Aquino admita um princípio de movimento intrínseco à pedra, este princípio não denota o que ele chama de automovimento perfeito. É por isso que ele sustenta que tais coisas não podem ser ditas que se movem a si mesmas, mas que são movidas por outros. Para Tomás de Aquino, o automovimento da pedra não é perfeito porque na própria causa eficiente da pedra não está incluída a causa final. Portanto, somente os entes que possuem o conhecimento sensível ou inteligível do fim movem-se por si mesmos de uma maneira perfeita.

O automovimento descendente da pedra não é considerado perfeito porquanto o agir e o mover-se para o fim não estão nela, mas em outra coisa - o agente gerador - que lhe concede o princípio do movimento para o fim. Nesse sentido, é próprio o seguinte excerto:

Assim, o que age ou se move por um princípio intrínseco tem alguma noção do fim, tendo em si mesmo o princípio de seu ato não só para agir, como também para agir pelo fim. O que nenhum [conhecimento] tem do fim, *embora nele esteja o princípio da ação e do movimento*, agir e mover-se para o fim não está nele, mas em outra coisa. É esta que lhe confere o princípio do movimento para o fim. *Logo, tais coisas não podem ser ditas que movem a si mesmas, mas que são movidas por outros*³⁹.

Segundo Tomás de Aquino, “[...] nem todo princípio é primeiro princípio”⁴⁰. Por isso, se não considerarmos o primeiro princípio, por exemplo, a causa formal do grave transmitida pelo seu agente gerador, mas somente a causa eficiente de seu movimento, então o grave, ainda que de maneira imperfeita, se move a si mesmo. Por outro lado, se o primeiro princípio, a causa formal dada pelo agente gerador, for levada em conta, logo o grave não se move a si mesmo. Parece-me, portanto, que há respostas relativas sobre a questão originária da investigação: “se algo se move a si mesmo”. Se, por um lado, considerarmos apenas a causa eficiente intrínseca ao ente, a resposta é sim; agora, se, por outro lado, levarmos em conta o princípio primeiro, isto é, a causa formal a qual é princípio de todos os atos, então a resposta é não.

³⁸ Tomás de Aquino. *Suma Teológica*. Ia –IIae, q.6, a.1. 2ª ed., v.3. São Paulo: Loyola, 2009.

³⁹ Tomás de Aquino. *Suma Teológica*. Ia –IIae, q.6, a.1. Grifo meu.

⁴⁰ *Ibid.*

A meu ver, a divergência de opiniões – ao menos no movimento dos graves – entre Tomás de Aquino e Duns Scotus em torno do caráter universal do princípio cinesiológico somente ocorre se tomarmos referenciais opostos.

Ao sustentar o princípio intrínseco de movimento dos graves, Duns Scotus não se refere explicitamente à causa formal justamente porque ele já a pressupõe. Assim, uma vez pressuposta a causa formal, não repugna à razão afirmar que a causa eficiente é inerente ao ente.

A metamorfose de uma larva de borboleta em borboleta é outro exemplo de causa eficiente que já pressupõe a causa formal. A causa eficiente da metamorfose da larva de borboleta em borboleta é intrínseca à larva. Usando a terminologia de Duns Scotus, pode-se afirmar que a causa da mudança é a própria larva que simultaneamente contém a borboleta em ato virtual e em potência formal.

Como expresse anteriormente, Duns Scotus sustenta que o menos perfeito não produz o mais perfeito; em outras palavras, ninguém dá aquilo que não tem. Por conseguinte, a causa eficiente da forma “larva de borboleta” não se encontra numa espécie de larva (matéria) indeterminada que numa espécie de geração espontânea se atualiza em forma de larva de borboleta. Antes, a causa formal da borboleta é dada por outro.

Para o Doutor Sutil, portanto, não há uma larva indeterminada que, com sorte cumulativa e, em milhões de anos, se atualiza por si mesma em larva de borboleta.

Outro ponto importante que pode nos ajudar a compreender que a causa eficiente do movimento, em seu sentido lato, não é necessariamente extrínseca ao ente encontra-se na noção aristotélica de potência. A meu ver, esta noção poderá nos ajudar a compreender a chave de leitura escotista.

A interpretação do termo potência feita pelos escolásticos leva-nos a dois tipos de potência: [a] potência primeira; [b] potência segunda. O primeiro caso refere-se a uma potencialidade absoluta, ou seja, quando algo não possui o que pode ser adquirido. O segundo caso refere-se a algo já possuído, ou seja, a uma capacidade que apenas não está sendo atualizada.

Segundo Aristóteles, aquele que está aprendendo uma ciência conhece em potência de um modo diferente daquele que já possui tal ciência, porém não a exercita. Assim, aquele que está adquirindo uma ciência nova encontra-se em potência primeira para ela. Em contrapartida, aquele que já possui tal ciência, mas não está atualizando-a, encontra-se em potência segunda. Ora, se

não houver nada que impeça a atualização do conhecimento daquele que se encontra em potência segunda para tal, este ativamente exercita seu conhecimento ⁴¹.

Parece que a chave de leitura de Duns Scotus para defender que algo se move por si mesmo repousa nessa noção de potência segunda, isto é, quando se possui uma capacidade, anteriormente dada por outro, que apenas não está sendo atualizada. Na filosofia escotista, a causa eficiente do esfriamento da água quente repousa na própria água, e isso não é repugnante à razão por dois motivos: [a] a frieza da água encontra-se simultaneamente em ato virtual e em potência formal (potência segunda) na água atualmente quente; [b] a experiência nos mostra que uma vez retirado o aquecedor, a água esfria por si mesma.

Mas será que a água fria já possui o quente de alguma forma, ou seja, em ato virtual ou em potência segunda? Se sim, então por que a água não se aquece por si mesma? Embora a experiência frequente nos mostre que a causa eficiente do aquecimento da água não é intrínseca à água, a noção escotista de indução imperfeita sugere que a água também pode se esquentar por si mesma sem a necessidade de um aquecedor externo ⁴².

A indução imperfeita se refere à observação frequente dos eventos, ou seja, da experiência. A experiência nos mostra que a água fria é potencialmente quente. Para que a água fria seja aquecida é necessário que um corpo quente em ato ative a potencialidade da água. Portanto, a água não se aquece por si mesma, antes é aquecida por outro ente quente em ato.

Para Duns Scotus, essa é uma verdade empírica, mas essa verdade empírica não nos obriga a admitir que sempre e em qualquer circunstância seja assim. Podemos pensar que aqui na Terra, a água (em potência segunda para adquirir a qualidade quente) é meramente impedida por fatores externos de produzir ativamente o seu aquecimento; contudo, uma vez removido esse impedimento, não é contraditório pensar que a causa eficiente do aquecimento da água seja ela mesma. Em outras palavras, é possível pensar que a causa eficiente esteja dentro da causa material.

⁴¹ ARISTÓTELES. *Física VIII*, 255^a 33- 255^b 5.

⁴² Para uma detalhada explicação sobre a indução perfeita e imperfeita em Duns Scotus consulte: RIBAS CEZAR, Cesar. *Indução e causalidade em Duns Escoto*. In: *Cognitio: revista de filosofia*, vol. 8, n.2. São Paulo: Educ, 2007.

Da mesma maneira, afirmar que a madeira, por exemplo, não é capaz de inflamar sem a ação de um agente externo, isto é, o fogo, é uma verdade empírica. Não obstante, isso não parece ser um princípio metafísico. Segundo o Doutor Sutil, podemos pensar que a madeira possua em ato virtual o fogo o qual se encontra em potência formal. Pode ser que em outro planeta o fogo contido em ato virtual na madeira se atualize sem a necessidade de um agente externo. Em suma, ao abordar a indução imperfeita, o Doutor Sutil sustenta que a observação direta não nos possibilita descobrir as potencialidades ocultas das coisas.

É patente que a posição do Doutor Sutil, se levada ao extremo, gera imediatamente dois problemas: [1] a impossibilidade de se fazer ciência; [2] a negação da intervenção divina nos milagres. Uma vez que o conhecimento e a ciência consistem em explicar as causas, como explicar que uma única causa produz diversos efeitos aleatórios? No segundo caso, um arbusto pode pegar fogo por si mesmo e conversar comigo falando que é uma divindade. Como irei saber se tal fenômeno não é uma potencialidade oculta do arbusto que foi atualizada?

De qualquer forma, percebe-se que, para o Doutor Sutil, a negação dos raciocínios indutivos não gera repugnância ao entendimento. É por isso que ele defende a impossibilidade de se afirmar *a priori*: tudo que se move é movido por outro. Embora a experiência nos mostre que a água e a madeira, consideradas sob várias circunstâncias, não possuem nelas mesmas a causa eficiente de seu aquecimento, pode ser que, numa associação fortuita e instável de circunstâncias ainda não experimentadas, nos surpreendamos.

Por fim, acredito que a extrapolação do princípio cinesiológico nos levaria a um determinismo universal e autocontraditório. Se o efeito *X* produzido pela causa *A* bate no ente *B* e este nada acrescenta de si no efeito subsequente, então o ente *B* reproduz univocamente o mesmo efeito *X* produzido pela causa *A*. Em outras palavras, se a resposta do ente *B* é integralmente determinada pelos fenômenos que lhe ocorrem por fora, então por que e para que ele existe? Se tudo que se move é integralmente movido por outro, o absolutamente passivo precisaria ser um nada, visto que só o nada não reage com algo de si mediante um estímulo externo ⁴³.

⁴³ DE PAOLA, Raphael. *Filosofia da Física Moderna*. Aula 1, parte A. Informação verbal. Curso ministrado na modalidade *online* em 11 jul. 2013. Disponível apenas para assinantes em: www.cedetonline.com.br.

Bibliografia

ANTONIO, Felipe de Souza. *Duns Scotus e o princípio “tudo que se move é movido por outro”*. 2013. 96f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2013. Disponível em: <http://humanas.unifesp.br/filosofia/dissertacao-felipe-de-souza-antonio>. Acesso em: 06 de agosto, 2013.

ARISTÓTELES; BARNES, J. (org.). *The complete works of Aristotle: the revised Oxford translation*. 6. ed. Princeton: Princeton University, 1995. 2 v.

DUNS SCOTUS. Questões sobre a metafísica IX, q. 14. In: *Scotus e a liberdade: textos escolhidos sobre a vontade, a felicidade e a lei natural*. Tradução e introdução: Cesar R. Cezar. São Paulo: Loyola, 2010.

DE PAOLA, Raphael. *Filosofia da Física Moderna*. Curso ministrado na modalidade *online*. Disponível apenas para assinantes em: < www.cedetonline.com.br >. Acesso em: 11 de julho, 2013.

EFFLER, Roy R. *John Duns Scotus and the principle omne quod movetur ab alio movetur*. New York: The Franciscan Institute S. Bonaventure, 1962.

GARCIA, Antonio (org.). *Estudos de filosofia medieval: a obra de Raimundo Vier*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: USF; Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

ROSS, Sir David. *Aristotle's physics: a revised text with introduction and commentary by W.D. Ross*. London: Oxford University Press, 1936.

RIBAS CESAR, Cesar. *Scotus e a liberdade: textos escolhidos sobre a vontade, a felicidade e a lei natural*. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. *Indução e causalidade em Duns Escoto*. In: *Cognitio: revista de filosofia*, v. 8, número 2. São Paulo: Educ, 2007.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. 2ª. ed. v.1. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Suma Teológica*. 2ª. ed. v.3. São Paulo: Loyola, 2009